

Daniela Castro

# ADVOCACY

COMO A  
SOCIEDADE PODE  
INFLUENCIAR  
OS RUMOS DO

# BRASIL



# SUMÁRIO

<b>Apresentação</b>	<b>9</b>
<b>Prefácio</b>	<b>13</b>
<b>Introdução</b>	<b>19</b>
<b>1. Assumindo nossa responsabilidade: o papel da sociedade civil na transformação do país</b>	<b>24</b>
Política e democracia	24
A escala dos problemas sociais	27
O papel da sociedade civil organizada no desenvolvimento dos países	28
<i>Participação social no Brasil</i>	30
<b>2. <i>Advocacy</i> como estratégia</b>	<b>34</b>
Afinal, o que é <i>advocacy</i> ?	34
<i>Impacto social</i>	37
<i>A diferença entre advocacy e lobby</i>	38
Quem pode fazer <i>advocacy</i> ?	39
<i>Organizações da sociedade civil</i>	40
<i>Empresas</i>	43
<i>Investidores sociais</i>	44
O papel dos governos	46
<b>3. Como fazer um plano de <i>advocacy</i></b>	<b>49</b>
Antes de iniciar, o que você precisa saber	51
<i>Persistência e envolvimento</i>	51
<i>Flexibilidade</i>	52
<i>Surfar nas oportunidades</i>	52
<i>Prever complexidades</i>	53
<i>Pressão e negociação</i>	53
<i>Diretrizes de comunicação</i>	53
<i>Longo prazo</i>	54
Escolhendo a mudança que se quer no mundo	54
<i>Metas de longo prazo</i>	56
Diagnóstico: garantindo melhores resultados	57
<i>Levantamento de dados e pesquisas</i>	57
<i>Análise do cenário político</i>	58
<i>Marco legal e políticas ou programas existentes</i>	58
<i>Mapa de stakeholders</i>	59
<i>Aliados, oponentes e neutros</i>	60
<i>Tomadores de decisão</i>	60
<i>Mapa do Poder</i>	62

Espaços de poder . . . . .	62
Formas de poder . . . . .	62
Níveis de poder . . . . .	63
<i>Mapa de resistências</i> . . . . .	64
<i>Mapa de risco</i> . . . . .	64
<i>Cultura e ambiente</i> . . . . .	65
<i>Benchmarking de ações de advocacy</i> . . . . .	65
<i>Mapeamento de comunicação</i> . . . . .	66
<i>Perfil dos instituidores ou da organização</i> . . . . .	67
Metas: solução das causas dos problemas . . . . .	68
Estratégia: escolhas inovadoras e factíveis . . . . .	70
Tipos de estratégias . . . . .	72
<i>Coalizão</i> . . . . .	73
<i>Produção de conhecimento</i> . . . . .	74
Lobby . . . . .	75
<i>Ação judicial e outros mecanismos</i> . . . . .	79
<i>Ações junto ao setor privado</i> . . . . .	79
<i>Comunicação para advocacy</i> . . . . .	81
<i>Protestos</i> . . . . .	84
<i>Projeto-piloto</i> . . . . .	85
<i>Compromissos e prêmios</i> . . . . .	86
<i>Tecnologia</i> . . . . .	87
Dicas importantes para a ação de <i>advocacy</i> . . . . .	88
<i>Argumentação</i> . . . . .	88
<i>Proposta de mudança</i> . . . . .	89
<i>Coalizões que dão certo</i> . . . . .	89
<i>Projetos de lei</i> . . . . .	90
<i>Agenda oculta</i> . . . . .	91
<i>Ideologia e cooptação</i> . . . . .	92
<i>O tempo das mudanças</i> . . . . .	93
<i>Lidando com o público interno</i> . . . . .	93
<i>Código de conduta</i> . . . . .	94
<i>Orçamento</i> . . . . .	95
Avaliação e monitoramento . . . . .	95
<b>4. Como colocar as mudanças em ação . . . . .</b>	<b>97</b>
Ativistas e cidadãos . . . . .	97
Organizações e movimentos da sociedade civil . . . . .	98
Setor privado . . . . .	99
Negócios sociais . . . . .	100
Investidores sociais . . . . .	101
<b>5. Conclusões . . . . .</b>	<b>102</b>
<b>Sobre a autora . . . . .</b>	<b>107</b>
<b>Bibliografia . . . . .</b>	<b>109</b>

A watercolor illustration of a landscape. In the foreground, a dark, winding path or road leads from the bottom left towards the center. The middle ground shows a valley with a river or stream. In the background, there are several mountain peaks, some with light-colored patches suggesting snow or mist. The overall style is soft and painterly, with various shades of grey, white, and light brown.

“a desgraça de quem  
não se interessa por política  
é ser governado por quem se interessa”

Arnold Toynbee



# Apresentação

**C**omo transformar sonhos, ideias, crenças, ideais, em realidade, em conquistas, em verdades concretas? Isso é muito do que se trata aqui neste livro.

Poderíamos encará-lo também como um conteúdo que nos empodera, que nos prepara, que reforça o poder e responsabilidade que temos sobre nosso destino. Poderia dizer também, que nos traz esperança. Esperança que aqui é tratada com parte essencial de uma estratégia, e não de um sentimento mais próximo da utopia.

A brilhante autora, advogada ativista, Daniela Castro, nos mostra nesta obra muito mais do que casos concretos bem-sucedidos, do que planos, movimentos que transformaram, influenciaram e influenciam, de forma positiva, nossas vidas. Mais do que casos que ajudaram a fazer nossa realidade mais justa, mais ética.

O que ela nos traz, é principalmente uma receita. É a sistematização de um comportamento, de uma ação que traduz e torna mais palpável o poder transformador da sociedade civil organizada em busca de causas maiores, o poder do *advocacy*.

No futebol costumamos dizer que “a maior defesa é o ataque”. Também podemos ensaiar outras analogias com a tática do futebol. “Precisamos estar bem organizados na nossa defesa, para atacar com mais consistência e ter mais chances de vitória”, “Conhecer as regras e estudar os adversários”. Existem muitas táticas, que às vezes representam filosofias de jogo diferentes, mas que o objetivo maior deve ser, ou deveria ser o mesmo, ganhar jogando limpo, de forma inteligente, dentro das regras, usando as regras a seu favor. Mesmo que nesse outro jogo, ganhar tenha como consequência, mudar certas regras.

*Advocacy* é muito mais do que defender, pleitear, solicitar, pedir. É um caminho para conquistas, não para um só jogo, mas sim conquistas que valem toda uma carreira!

Neste livro, o objetivo maior é fazer com que todos ganhem, e principalmente nos fazer acreditar que mudanças maiores, de grande impacto, são possíveis. Nunca fáceis nem rápidas, mas estão ao nosso alcance. E assim como no esporte, exige muito preparo, tática, organização e disciplina, mas a base de tudo é ter um grupo coeso e convicto do que quer. O restante ela, Daniela, nos ensina...

Tive o privilégio de trabalhar com a autora e vê-la em ação, na origem, estruturação, amadurecimento de uma associação de *advocacy*, a qual sou um dos fundadores, membro e hoje presidente, a Atletas pelo Brasil.

Foi, e está sendo, um desafio muito grande pra todo grupo, a começar pelo desafio interno de se familiarizar com este conceito sofisticado, eu não tinha consciência do que era exatamente o *advocacy*.

A Atletas pelo Brasil é uma ação pioneira, no mundo. Atletas de várias modalidades, de gerações diferentes, que se juntaram para atuar em causas nacionais, com ações políticas. Nossa missão é melhorar o esporte para melhorar o Brasil. Queremos influenciar políticas públicas!

Partimos do princípio de que com o poder de mobilização e comunicação dos atletas, poderíamos conseguir vários avanços. Conseguimos avanços importantes, e ainda conseguiremos muito mais. Mas foi e é preciso muito mais do que mobilização, comunicação e ter uma boa causa; muito mais do que atletas, nos foi preponderante contar com uma craque em *advocacy*.

Daniela é e foi desde o principio nossa diretora executiva. Pouco a pouco vamos entendendo melhor que para construirmos uma boa estratégia, com reais chances, teremos que fortalecer vários outros pontos, contar com parceiros que complementam e otimizam nossas forças. Tivemos que planejar e atuar de forma mais ampla, aprendendo na pratica o que é *advocacy*.

Como tudo na vida, nossas ações têm muito mais chances de êxito se acompanhadas, além de técnica (boa parte explicitada nesta obra), de crença e paixão.

Nestas páginas vamos descobrir de forma clara, técnica, decodificada o que é, passo a passo, e do que é capaz uma boa estratégia de *advocacy*, para qualquer que seja a causa.

Mas também, de forma surpreendente, vamos nos inspirar e nos encorajar a atuar nas causas que nos são caras, e acreditar ainda mais em nossas convicções. Sentimentos estes que passam indubitavelmente pela contundente crença e paixão da autora pelo tema.

Nenhuma grande conquista, principalmente quando se trata de influenciar políticas públicas, é simples ou fácil, ou se chega a ela com uma fórmula mágica. Mas se um grupo de pessoas ou instituições, time ou classe, acredita que sua causa é pertinente, se tem perseverança, capacidade de aglutinação, estão aí os pré-requisitos para um bom *advocacy*.

Com a redemocratização, cresce muito o número de organizações, ONGs, que tornam a sociedade civil mais organizada. Já é

consenso que para transformações maiores, precisa-se também trabalhar em rede.

O conceito (e prática) de *advocacy*, relatado aqui com maestria, se apresenta como um caminho incontornável para questionar o *status quo*, utilizando as regras existentes para conseguirmos avanços, tratados em meu texto como conquistas, e reinventar nosso futuro. Boa leitura!

**Raí de Oliveira.**

Presidente da Atletas pelo Brasil e fundador da Fundação Gol de Letra.

# Prefácio

**A**o olharmos o atual estado do mundo, certamente temos motivos de sobra para nos preocuparmos.

Nós já destruímos quase a metade das grandes florestas do planeta que são os pulmões do mundo. Muitas das mais importantes e extensas florestas vivenciam um acelerado ritmo de destruição. Uma área maior que Bangladesh é destruída por madeireiras todos os anos.

Nós soltamos imensas quantidades de dióxido de carbono e de outros gases causadores de efeito estufa na atmosfera, iniciando assim um ciclo de aquecimento global e instabilidades climáticas.

Nós causamos um gigantesco buraco na camada de ozônio. Por causa disso, os níveis de UV têm chegado a altos recordes, o que ameaça a vida de vários organismos.

Nós temos solapado a fertilidade do solo e sua capacidade de sustentar a vida: 65% da terra cultivada foi perdida e 15% das terras do planeta estão em processo de desertificação.

Nós soltamos dezenas de milhares de novos produtos químicos no

ar, na terra e na água do planeta, muitos dos quais são tóxicos por muitos anos envenenando lentamente os processos de vida. Produzimos grandes quantidades de dejetos nucleares que continuarão a ser perigosamente radioativos por muitas centenas de anos.

Nós destruimos centenas de milhares de espécies de plantas e animais. Cerca de 50 mil espécies desaparecem todos os anos e, em sua maior parte, em decorrência de atividades humanas.

Nós produzimos uma sociedade planetária escandalosamente e crescentemente desigual. 1195 bilionários valem, juntos, 4,4 trilhões de dólares, ou seja, mais ou menos o dobro da renda anual dos 50% mais pobres. Em termos de renda, os 1% mais ricos da humanidade recebem o mesmo que os 57% mais pobres.

Nossos gastos militares somam 1,464 trilhões de dólares por ano (e crescem a cada ano), equivalentes a 66% da renda anual dos 50% mais pobres. Apesar disso, a criminalidade, conflitos, guerras e ameaças bélicas não param de atingir as populações de todos os continentes.

Há um sentimento quase generalizado na população mundial de que os governos estão a serviço de poderosos interesses econômicos que financiam suas campanhas eleitorais, não representam mais os interesses coletivos e da maioria das pessoas e aplicam políticas que aceleram a desigualdade, a destruição do planeta e alimentam os conflitos.

Os organismos internacionais são vistos e sentidos pela sociedade como organizações pouco democráticas que estão a serviço dos interesses de poucas e poderosas nações e da manutenção e aprofundamento do atual e danoso modelo de desenvolvimento.

Um estudo<sup>1</sup> da ONG britânica Oxfam, baseado em dados do banco Credit Suisse relativos a outubro de 2015, demonstra que a riqueza

1 <[https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file\\_attachments/bp210-economy-one-percent-tax-havens-180116-summ-pt.pdf](https://www.oxfam.org/sites/www.oxfam.org/files/file_attachments/bp210-economy-one-percent-tax-havens-180116-summ-pt.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2016.

acumulada pelo 1% mais abastado da população mundial agora equivale, pela primeira vez, à riqueza dos 99% restantes.

De acordo com o relatório “Privilégios que negam direitos<sup>2</sup>” da Oxfam, entre 2002 e 2015 a fortuna dos bilionários da América Latina e do Caribe cresceu a um ritmo médio de 21% ao ano, uma expansão seis vezes superior ao do PIB de toda a região – que foi de 3,5% ao ano – e 6% maior que o aumento da riqueza do restante do mundo. Ou seja: grande parte do crescimento econômico está sendo capturada pelos mais ricos, o que aumenta drasticamente a lacuna da desigualdade.

Reconhecer a ligação entre mudança do clima e direitos humanos é também um importante passo em direção à proteção aos direitos fundamentais de comunidades de todo o mundo, de acordo com o relatório “Mudanças Climáticas e Direitos Humanos<sup>3</sup>” do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) apresentado durante a última Conferência do Clima, em Paris. Embora as pessoas mais afetadas pela pobreza vivam em áreas mais vulneráveis a mudanças climáticas, a metade mais pobre da população mundial é responsável por apenas cerca de 10% de todas as emissões globais de gases do efeito estufa. Em todo o mundo, o impacto ambiental médio do 1% mais rico da população mundial pode ser até 175 vezes mais intenso que o dos 10% mais pobres.

A situação brasileira não é menos angustiante. Florestas desmatadas, rios, lagoas e praias poluídas, espécies ameaçadas de extinção. Estamos entre os campeões mundiais de vítimas na criminalidade e no trânsito, e serviços públicos como educação e saúde permanecem com baixíssima qualidade (tanto é que quem tem recursos prefere

---

2 <[http://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/privilegios\\_que\\_negam\\_direitos\\_0.pdf](http://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/privilegios_que_negam_direitos_0.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2016.

3 <<http://web.unep.org/novo-relatório-da-onu-associa-mudanças-climáticas-direitos-humanos>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

recorrer aos serviços privados). Enquanto isso, a riqueza dos 4.225 multimilionários brasileiros equivale a 7,8 vezes o investimento público em saúde ou a 6,6 vezes o investimento público em educação, representando 37% do PIB<sup>4</sup>.

A maioria dos cientistas nos adverte que, se não houver importantes mudanças de comportamentos, de políticas e de prioridades, a própria espécie humana corre graves riscos de extinção. Por razões práticas e éticas há uma grande necessidade de mudanças.

É importante analisar a lógica, o sistema, que nos levaram a esta situação. Políticas públicas, projetos, planos, ações de governos, da sociedade e de empresas determinaram prioridades, leis, regulamentações, iniciativas e alocações de recursos que tiveram consequências nas áreas sociais, econômicas e ambientais.

Quem tem um mínimo conhecimento sobre o funcionamento do mundo político sabe que a cultura dominante é a da competição, da luta pelo poder. A lógica que impera na maioria das decisões e estratégias partidárias é a da conquista e permanência no poder. No processo eleitoral, é principalmente o marketing que orienta os discursos e os programas, não os princípios éticos e programáticos. No poder, políticas públicas são efetivadas já pensando no seu impacto nas próximas eleições. A oposição faz de tudo para prejudicar o governo e o governo atua da mesma forma para deslegitimar a oposição.

É verdade que temos honrosas (embora raras) exceções, especialmente em partidos com baixa perspectiva de poder. À medida que crescem, muitas vezes a lógica da luta pelo poder passa por cima da ideologia e dos princípios. É verdade também que esta não é uma realidade exclusivamente brasileira, mas de todas as democracias.

4 PIB (2013) Gasto público em saúde (2013) e educação (2010-2014 último dado disponível por país). Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/topic/poverty/lac-equity-lab1/overview>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

Entretanto, nos países onde há uma legislação mais amadurecida do sistema político, que procura promover a democracia participativa, evitar abusos e transgressões, onde há uma educação pública de qualidade para todos que torna o cidadão/eleitor mais crítico, a luta pelo poder encontra limites civilizatórios.

Aos partidos políticos interessa cooptar a sociedade para a sua lógica e transformar os cidadãos em instrumentos de sua luta pelo poder. É assim que governos conseguem mandar seus cidadãos para morrer nas guerras. É assim que justificam a construção de muros e barreiras alimentando o ódio entre pessoas, povos e religiões. É fundamental mudar esta lógica e influenciar governos, parlamentares e partidos políticos, para que atingir e permanecer no poder sejam conquistas condicionadas à implementação de práticas e políticas que promovam o bem-estar da população.

Por outro lado, o setor empresarial tem um grande poder econômico, financeiro, político e cultural. Os principais meios de comunicação estão, na sua grande maioria, nas mãos do setor privado. Todos sabemos a influência da mídia sobre comportamentos e escolhas da sociedade. É muito importante engajar e influenciar este setor para que participe ativamente na construção de um mundo melhor e sustentável.

A lógica das empresas é a busca do lucro. À sociedade cabe influir e sensibilizar o setor empresarial para que a obtenção deste lucro seja pautada pela responsabilidade social, operando com ética, respeitando os direitos humanos e preservando o meio ambiente. Sensibilizar as empresas para que usem seu poder para engajar seus diversos públicos (funcionários, clientes, fornecedores, políticos) na promoção do desenvolvimento sustentável.

Na sociedade civil, organizações sociais, sindicatos, entidades religiosas, educacionais, formadores de opinião têm poder e, consequente-

mente, responsabilidade sobre o que acontece e nos rumos que nossas comunidades, locais e globais, irão tomar. A tarefa de mudar o nosso modelo de desenvolvimento, nossas prioridades e comportamentos, é gigantesca e demanda o engajamento de todos.

O que fazer? Esta é geralmente a grande angústia que acompanha todos aqueles que querem um mundo e um Brasil mais justos, sustentáveis e democráticos. Como influenciar e sensibilizar governos, empresas, sociedade civil, lideranças e pessoas para que tomem consciência da gravidade dos problemas e dos desafios e que possam tomar decisões e agir para adotarmos um modelo de desenvolvimento sustentável? Como agir para dar um sentido à nossa existência, como participar e contribuir para um mundo melhor? Como advogar por boas causas?

O exercício e a prática do *advocacy* podem nos dar uma resposta a todos estes questionamentos. É um caminho eficaz para a influência de políticas e ações de governos, de empresas, de instituições da sociedade civil e de cidadãos que priorizem a preservação da vida em todas as suas manifestações e a construção de um mundo mais solidário, combatendo as desigualdades e promovendo os direitos humanos.

Daniela Castro junta todo seu conhecimento teórico e sua competente vivência militante e nos oferece preciosos ensinamentos e orientações para que possamos nos engajar na construção de uma comunidade, de um país e de um mundo melhores. Para que possamos exercer a cidadania com responsabilidade e eficácia.

Oded Grajew.  
Coordenador-geral da Rede Nossa São Paulo  
e do Programa Cidades Sustentáveis  
e presidente do conselho deliberativo da Oxfam Brasil.



# Introdução

**H**oje, o Brasil precisa investir em soluções para seus principais problemas estruturais; mais do que isso, é preciso investir para que essas propostas saiam do papel e do campo do debate e das ideias.

Esse é um livro dedicado a soluções.

Os problemas sociais e econômicos que afetam as pessoas no mundo são de amplo conhecimento público. Mortalidade infantil, fome, falta de qualidade da saúde e da educação, violência, desigualdade social e econômica, moradias precárias, danos ao meio ambiente, impunidade, problemas no sistema eleitoral, entre tantos outros.

Há projetos e investimentos para mitigar os efeitos desastrosos desses problemas, mas poucos para tratar suas causas.

Ações e projetos sociais diretos como a doação de alimentos ou ações filantrópicas que atendem o público diretamente ajudam e socorrem aqueles que não têm o amanhã como aliado, além de desenvolverem tecnologias sociais inovadoras. Mas não possuem escala e nem solucionam a raiz dos problemas.

Atender algumas crianças em projetos sociais não resolve o problema da baixa qualidade do ensino público brasileiro, onde cerca de 35 milhões de crianças e jovens estudam<sup>5</sup>. Tampouco a pobreza pode ser eliminada somente com as ações assistenciais se o país continuar sendo um dos mais desiguais do mundo, onde as pessoas dificilmente conseguem acessar oportunidades e renda suficientes.

A pobreza é conhecida e seus efeitos combatidos dentro do possível, mas não as suas causas, que são variadas, tais como sistema tributário desigual, falta de gestão pública eficiente, corrupção, entre outras.

Outra forma muito utilizada para ajudar a mudar cenários sociais e econômicos perversos é a busca por modelos bem-sucedidos de políticas públicas. Contudo, essas ações acabam por se tornar isoladas, pois se investe pouco ou sem estratégia para fazer com que sejam implantadas e com a escala necessária.

O que adianta saber que o fim do foro privilegiado é um dos pontos primordiais para a melhoria da qualidade de nossos governantes e para a diminuição da corrupção, se não há ações organizadas da sociedade civil tentando mudar essa regra?

*Advocacy* é justamente uma estratégia para trazer mudanças políticas ou comportamentais, propiciando que a sociedade influencie de forma concreta os rumos de uma Nação.

*Advocacy* é uma estratégia para trazer mudanças políticas ou comportamentais, propiciando que a sociedade influencie de forma concreta os rumos de uma Nação.

5 Dados do Censo Escolar de 2015 do Ministério da Educação. Diário Oficial da União, n. 190, 5/10/2015. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=16&data=05/10/2015>>. Acesso em 22 nov. 2016.

Alterar ou influenciar mudanças no sistema ou nas políticas faz com que haja a quebra do ciclo dos inúmeros problemas sociais e econômicos e a mudança possa ser duradoura.

As estruturas e sistemas em que vivemos são fruto de uma dinâmica específica e de regras escritas ou não. Por isso, precisam de ajustes e reformas intencionais. Não se resolve a fome no mundo somente com ajuda humanitária. Não se trata de diminuir a importância dessas ações, mas é preciso um olhar sistêmico e também investir tempo, recursos e expertise em intervenções estruturantes.

O termo *advocacy* ainda é pouco conhecido no Brasil. Por vezes utilizado mesmo sem conhecimento real de seu conceito ou em como realizá-lo de forma mais efetiva.

Trata-se de algo maior que o *lobby* – que é uma ação voltada para a mudança de lei ou de uma política pública. A ação de *advocacy* também vai além do ativismo ou do atendimento filantrópico. Na verdade, essas duas formas podem fazer parte das ações de *advocacy* que se utiliza de *lobby*, campanhas, ações da iniciativa privada, articulação de setores, entre outros.

Acima de tudo é uma estratégia que tem como finalidade trazer mudanças políticas, estruturais ou comportamentais.

Para sua maior eficiência, é necessário estruturar um plano. O primeiro passo é ter clareza de qual mudança se quer e envolve um amplo e completo diagnóstico. Mapear as causas dos problemas. Conhecer os diversos atores envolvidos no tema, tais como mídia, empresários, ONGs e, em especial, o poder público. Mapear como funciona a dinâmica do poder. Levantar projetos bem-sucedidos e o marco legal. Ter um mapa de oportunidades e resistências, entre outros pontos. Com isso em mãos, definem-se mais claramente as metas da ação de *advocacy* e as estratégias que serão utilizadas para alcançar a mudança. Avalia-se, por exemplo, se será preciso aprovar uma lei

ou se será necessário sensibilizar a sociedade ou um público específico via uma campanha de comunicação; ou se o setor privado poderá mudar a história. Tudo dependerá da situação, das causas dos problemas. Isso é *advocacy*.

Apesar de já ser praticado por muitas pessoas e organizações, há barreiras que precisam ser ultrapassadas. Entre elas o desconhecimento, a aversão à participação política, a falta de financiamento e a falta de técnica.

A solução dos problemas brasileiros pede participação política, algo inevitável para realizar as mudanças que todos sonham.

Esse trabalho visa trazer o assunto para a mesa de ativistas, organizações não governamentais, empresas e doadores.

As ações sociais desenvolvidas hoje precisam caminhar para um novo momento, em especial no Brasil. A solução dos problemas brasileiros pede participação política, algo inevitável para realizar as mudanças que todos sonham.

Este livro foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e de organizações com histórico em ações de *advocacy* no Brasil e no exterior. Além da minha experiência de mais de 15 anos atuando, desde os tempos de faculdade, na utilização dessa estratégia.

O primeiro capítulo apresenta a discussão sobre o papel da sociedade civil para o desenvolvimento de um país. O segundo conceitua o que é *advocacy* e contextualiza a sua importância como ação de participação social com foco em resultados concretos e escaláveis.

O terceiro capítulo apresenta um guia básico e inicial para elaborar um plano de *advocacy*, trazendo algumas experiências exemplificativas

com as quais tive contato direto ao longo de meu trabalho. Os exemplos que poderiam ser citados no Brasil e no mundo são inúmeros, mas a escolha de alguns com os quais tenha participado, ajudou a destacar detalhes que um conhecimento superficial não permitiria.

E, por fim, no quarto capítulo, mostrar mais claramente a viabilidade de uma ação de *advocacy* seja para indivíduos, organizações e até empresas.

As conclusões apontam o *advocacy* como a forma mais eficaz e duradoura para uma efetiva transformação social e pretende alertar para a importância de uma maior dedicação, investimento e intencionalidade para as ações políticas e estruturais.

# Assumindo nossa responsabilidade: o papel da sociedade civil na transformação do país



## Política e democracia

**A** palavra “política” tem raiz grega e se referia a tudo que dizia respeito aos cidadãos. Naquela época, como bem lembra Fábio Konder Comparato em seu livro *Ética*, política era concebida pelos grandes filósofos como a arte de organização integral da pólis e a principal dimensão da vida humana. O ser humano é essencialmente ligado à convivência social, sendo, portanto, um ser político.

Aristóteles, um dos principais pensadores clássicos, afirmava, de forma tão atual, que para melhorar a vida das pessoas deve-se conhecer a ciência da elaboração das normas, pois é por meio delas que se faz o bem comum. Tal afirmação corrobora com o resgate do significado da palavra “política” – como sendo tudo que diz respeito aos cidadãos e o meio para conseguir a felicidade dos mesmos.

Com esse resgate inicial, vale fazer duas perguntas centrais: para que nos reunimos em sociedade? E qual a finalidade última do Estado?

Como lembra Comparato: “O objetivo da arte política, em suma,

é tornar os homens mais justos, vale dizer, mais felizes”. Por isso, nos organizamos com a finalidade de buscar a felicidade plena dos cidadãos – que pode ser entendida como “viver com justiça”. Para chegarmos a tal ponto, precisamos então nos educar na arte da política.

Nos debates atuais, estamos constantemente discutindo os valores da política e função do Estado. Isso porque, no fundo, sabemos da importância que a política tem para uma sociedade e para nossas vidas. É por meio dela que acordamos as regras que definirão como viveremos juntos e quais serão as normas para que todos possam acessar uma vida feliz e justa.

Se a política está na raiz de nossas relações, por que nos afastamos tanto dela?

No mundo atual não é a política, ou seja, o interesse dos cidadãos, que regula o Estado, mas os interesses particulares que frequentemente se sobrepõem ao interesse de todos. Perdemos, portanto, a razão de ser do Estado. A política hoje sofre aversão por significar a busca por benefícios particulares, o que seria a grande razão da desigualdade e da injustiça.

Infelizmente, assumir nossa responsabilidade é sempre mais difícil do que apontar nosso dedo ao que está fora de nós, e acabamos por esquecer que a política que temos nada mais é do que um reflexo de nós, cidadãos. E somente uma mudança em nossa ação pode levar a resultados diferentes.

O primeiro passo é resgatar e se apropriar da palavra política. Ação política deve ser um ato maior do que as ações junto aos legisladores ou governos, mas uma ação dos cidadãos buscando o bem comum. E é possível fazê-la de uma maneira ética e objetiva.

Em primeiro lugar, entendo que o pano de fundo para essa atuação, obviamente, deve ser o regime democrático. É por meio dele que há a chance de cidadãos atuarem diretamente. A democracia também

é foco de constantes questionamentos – que podem ser muito saudáveis se bem direcionados – mas ainda é o regime que permite a maior participação dos cidadãos. De maneira alguma se trata de algo estático, mas sim de uma construção social, um processo sempre em mutação. Seus princípios são valorosos e, seus pilares, fundamentais para se alcançar o objetivo último da política, ou seja, o bem dos cidadãos.

Há dois princípios prioritários em uma democracia: a liberdade e a igualdade. Um não existe sem o outro. Não encontramos mui-

tos Estados que chegaram a concretizar plenamente uma democracia, mas esse deve ser o norte para onde todos devem caminhar.

Não se trata de tarefa fácil. Viver em democracia requer paciência, persistência e dedicação. E de todos. Mesmo a “não ação”, em uma democracia, é um ato político, pois significa manter um determinado *status quo* ainda que ele seja danoso.

Não há avanços rápidos sem ação intencional. A política de uma nação ou mesmo de uma instituição é questão

de escolha e não um fato dado. Se assim é, a maior ou a menor participação das pessoas em uma ação intencional é que a determinará.

O momento mundial abre uma possibilidade ainda não muito cogitada. Moisés Naím, em seu livro *O fim do poder*, afirma que o poder atual está em declínio, ou seja, está mais fácil perdê-lo e muito mais difícil exercê-lo. Os motivos não são estranhos. Mais educação, oportunidades, atores políticos, tecnologia. Tudo isso vem sufocando as barreiras de acesso ao poder. Soma-se a isso a grande mobilidade da

Mesmo a “não ação”, em uma democracia, é um ato político, pois significa manter um determinado *status quo* ainda que ele seja danoso.

informação, a conectividade entre as pessoas e ainda a mudança nas mentalidades por conta dessa troca.

O resultado disso pode ser medido na diminuição das ditaduras existentes no mundo ou mesmo, em outras esferas como a área privada, na maior quantidade de empresas que surgem e as que perdem espaço.

Os desafios dessa diluição são o fato de que muitos novos atores podem barrar o pleno exercício do poder, antes tão personificado, mas também traz inação aos tomadores de decisão e a falta de poder para fazer as coisas acontecerem, o que pode levar à estagnação institucional.

Olhando o ponto positivo, trata-se de uma grande oportunidade para as pessoas comuns influenciarem as decisões que afetam a todos, mas traz consigo uma grande responsabilidade aos cidadãos e será preciso maior organização e intencionalidade.

## **A escala dos problemas sociais**

Inúmeros relatórios das mais diversas fontes e pontos de vista apontam que o Brasil precisa de reformas em diversas áreas, em especial naquelas que dificultam o bom andamento das instituições e que travam o desenvolvimento econômico e social.

Alguns desses problemas são há muito tempo conhecidos: legislação tributária, sistema eleitoral, falta de transparência, corrupção, impunidade, burocracia, problemas na gestão pública. Sem falar nos problemas nas mais diversas áreas, como educação, saúde, segurança, habitação, infraestrutura, que também são, no final, enormemente afetadas pelos problemas estruturais do sistema político e da gestão pública.

A traditional Chinese ink wash painting (shuǐ mō) of a landscape. The scene features misty, layered mountains in the background, a winding river or path in the middle ground, and dark, textured brushstrokes representing trees or rocks in the foreground. The overall style is minimalist and atmospheric, with varying shades of grey and black ink on a light background.

Caridade é um atributo pessoal,  
justiça é questão de política pública

William Sloan Coffin, Yale University

## Sobre a autora

**D**aniela Castro trabalha com *advocacy* há mais de 13 anos. Formou-se em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo, e fez mestrado em Economia Política na PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Sua atuação política teve início desde os tempos de faculdade quando foi presidente do Centro Acadêmico de Direito do Mackenzie, sendo a segunda mulher a ocupar essa posição na instituição. Foi ainda aluna da Escola de Governo de São Paulo, onde se aprofundou na área de políticas públicas.

Na vida profissional, teve oportunidade de passar pelo setor privado, setor público e terceiro setor. Foi advogada na área de direito societário no escritório Felsberg & Associados. Trabalhou na Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, onde teve seu primeiro contato com a área de *advocacy* atuando em projeto da OIT – Organização Internacional do Trabalho – e na influência do poder público federal. Em seguida, trabalhou na Câmara Municipal de São Paulo.

Foi convidada então para ser diretora executiva da Atletas pela Cidadania, atual Atletas pelo Brasil, organização fundada pelo ex-jogador de futebol Raí junto com outros atletas, com a missão de atuar em causas que ajudassem no desenvolvimento do Brasil e foi responsável tanto pela sua gestão, como pela coordenação das ações de *advocacy*. À frente da organização, atuou pela proposta de legado público esportivo dos grandes eventos esportivos, pela aprovação do artigo 18-A da Lei Pelé e pelo Pacto pelo Esporte, detalhados no presente livro. Além disso, é membro do Conselho Curador da Fundação Gol de Letra.

Em 2013, foi escolhida uma das 17 mulheres no mundo como “emerging leader” no programa Global Sports Mentoring Program, parceria entre US State Department, ESPN e Tennessee University, programa criado pela ex-secretaria Hillary Clinton.

Em 2016, fundou a Impacta Advocacy, um negócio social de desenvolvimento de ações de *advocacy* para solução de problemas sociais e econômicos do Brasil.